

## **HERANÇA DA MONOCULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR NA FORMAÇÃO ESPACIAL DA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL-PORTUÁRIO DE SUAPE NOS FLUXOS POPULACIONAIS DOS MUNICÍPIOS DO CABO DE STO AGOSTINHO E DE IPOJUCA**

*Valtemira Mendes Vasconcelos<sup>1</sup>*

*1 - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Ciências Geográficas, Recife, PE, Brasil, email: valtemira@hotmail.com*

*Artigo recebido em 15/01/2015 e aceito em 14/03/2015*

### **RESUMO**

O presente artigo trata da temática da herança deixada pela cana-de-açúcar na formação espacial da Zona da Mata Sul de Pernambuco, mais especificamente em relação a herança de indicadores de educação ruins, assim como trata das mudanças nos tipos de fluxos populacionais na região decorrentes da influência exercida pelo Complexo Industrial Portuário de Suape nos municípios do Território Estratégico de Suape, particularmente os municípios que sobrem influência direta do complexo, são eles: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. O processo de dinâmica regional na área em estudo tem feito com que haja um elevado número de fluxos populacionais em direção ao Território Estratégico de Suape fazendo sua população aumentar e, conseqüentemente, havendo o aumento da demanda por serviços urbanos. Um dos fatores que contribui para o aumento populacional, principalmente em regiões estratégicas do ponto de vista econômico, é o elevado número de pessoas que se dirigem para alguns territórios devido à oferta de empregos. A partir do contexto será realizada uma análise sobre a dinâmica territorial a qual vem passando a área, decorrente das mudanças na dinâmica econômica que vem se apresentando a região.

**Palavras-chave:** Herança da Cana-de-açúcar; Complexo de Suape; Fluxos Populacionais.

### **INHERITANCE MONOCULTURE OF SUGAR CANE IN THE SPATIAL FORMATION OF THE ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO: AN ANALYSIS OF THE IMPACT OF COMPLEXO INDUSTRIAL- PORTUÁRIO DE SUAPE IN POPULATION FLOWS MUNICIPALITIES OF CABO DE SANTO AGOSTINHO AND IPOJUCA**

### **ABSTRACT**

This article deals with the theme of the legacy of sugar cane in the spatial formation of the Zona da Mata Sul de Pernambuco, specifically in relation to inheritance of bad education indicators, as well as deals with changes in the type of population flows in the region arising from the influence of the Complexo Industrial Portuário de Suape in the municipalities of Território Estratégico de Suape, particularly municipalities remaining after direct influence of the complex, they are: Cabo de Santo Agostinho and Ipojuca. The process of regional dynamics in the study area has meant that there is a high number of population flows toward the Território Estratégico de Suape doing its population increase and, consequently, with the increased demand for urban services. One of the factors contributing to the increase in population, especially in strategic regions from an economic point of view, is the high number of people attending to some areas because of the supply of jobs. From the context will be analyzed

on territorial dynamics which comes through the area, resulting from changes in the economic dynamic that has been presenting the region.

**Keyword:** Heritage sugar cane; Complex of Suape; Population flows.

## **INTRODUÇÃO**

Antes da implantação do Porto de Suape, a região onde está instalado o Complexo Industrial-Portuário Governador Eraldo Gueiros/Suape (CIPS) era um espaço tipicamente agrícola, no qual predominava a monocultura da cana-de-açúcar, assim como atividades pesqueiras, de subsistência e mais recentemente atividades voltadas para o turismo. Segundo Garcia (2011), o açúcar era o principal produto, não apenas na Zona da Mata Sul, mas em Pernambuco como um todo, e correspondia na segunda metade do século passado a aproximadamente 60% da arrecadação do Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC), antecessor ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias Prestação de Serviços (ICMS). Entretanto, a decadência da agroindústria canavieira em Pernambuco fez surgir inquietações e busca de novos caminhos para a economia local por parte dos empresários e economistas. Foi nesse momento que nasceu a ideia da construção de um porto em Suape, o melhor local, geograficamente, para situar o maior e mais importante porto do Atlântico Sul.

Da implantação do CIPS, na segunda metade da década de 1970, até os dias atuais, a região sofreu gradual transformação espacial e econômica, passando de um espaço meramente agroindustrial e de atividades turísticas, para um dos complexos industriais mais importantes do país, com alteração marcante na função econômica dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, o que fez surgir uma mudança no padrão paisagístico, cultural e demográfico. A monocultura da cana ainda está bastante presente, mas se mistura a massa de indústrias, refinaria, petroquímica e estaleiro, responsáveis por boa parte da economia do estado, o que originou um grande número de postos de trabalho e conseqüentemente um grande número de trabalhadores migrantes.

As transformações na estrutura produtiva no Brasil e as novas configurações do desenvolvimento regional que se delinearam a partir da década de 1970 trouxeram importantes alterações na dinâmica migratória nordestina. O Nordeste que se caracterizava quase exclusivamente como região expulsora de população, começou a se configurar como receptora de população. O processo de desconcentração econômica, amparado pelas políticas de incentivo ao investimento nas indústrias na região vem influenciando o comportamento da migração a partir da década de 1980, havendo um destaque para os fluxos de retorno (CUNHA e BAENINGER, 2000). Além, é claro, de ajudar a fixar a população em suas próprias localidades, evitando a emigração. Um exemplo disso é o que vem ocorrendo a partir da implantação do

CIPS, este apresenta-se como um dos polos econômico mais dinâmico do país, e, atualmente, tem gerado emprego para parte da população local, mas também para migrantes que para lá afluem atraídos pela oportunidade de emprego nos diversos postos de trabalho oferecidos pelas indústrias instaladas naquela região.

Tomando como base a importância socioeconômica que o referido complexo representa para o estado de Pernambuco, o presente artigo propõe realizar um breve histórico da formação sócioespacial dos municípios que compõem o CIPS, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Ambos os municípios, herdeiros da tradicional formação espacial do Nordeste do Brasil vinculada à produção da monocultura da cana de açúcar, fazendo uma ponte entre essa herança e as dificuldades sociais enfrentadas pela população, mais recentemente, com a implantação do CIPS e conseqüentemente do Território Estratégico de Suape. Para tanto será discutida a relação entre o tripé Terra-Território-Estado, este vinculado ao processo de uso e ocupação da terra e às relações de poder.

### **Formação espacial da Zona da Mata Sul de Pernambuco**

A história da formação e organização territorial brasileira deve muito a diversidade das características ambientais do país, e posteriormente a diversidade da produção econômica, particularmente a produção agrícola da cana-de-açúcar ligada ao agronegócio e a criação de gado, ainda no período colonial, fazendo com que a formação territorial do Brasil fosse vinculada aos ciclos de produção econômica. Conforme Azevedo (1957), os ciclos econômicos que tiveram por base a riqueza agropastoril, ocupa lugar central na evolução brasileira. No período colonial foram a cana-de-açúcar e a criação de gado os responsáveis por assegurar a sobrevivência do país por dois séculos.

No Nordeste e mais especificamente da Zona da Mata, pode ser observado que o processo de organização desse espaço esteve ligado à produção da monocultura da cana-de-açúcar. A agricultura voltada para o agronegócio, para a monocultura do tipo exportação que deixou e ainda vêm deixando marcas e problemas sociais os mais perversos, mas que também foi responsável pela formação social da elite da zona canavieira de Pernambuco, os senhores de engenho. De acordo com Freyre (2004), o início da história da formação do Brasil, coincide com a história do açúcar e a história do açúcar onde atingiu maior importância econômica e interesse social foi nas terras de massapê da Zona da Mata. Foram nelas onde as raízes agrárias tornaram possível o desenvolvimento da simples colônia de plantação em império de plantadores de cana, os senhores de engenho elevados a barões, viscondes, senadores, ministros. A monocultura da cana-de-açúcar, segundo Moreira (2011), vinculava-se a uma economia de

exportação, buscando as localizações mais próximas do porto marítimo a fim de baratear os custos com o deslocamento, além de buscar localizações onde o solo fosse fértil para propiciar um melhor rendimento, ocupando lugares estabelecidos pela combinação da renda diferencial de localização e de fertilidade. Características apresentadas por boa parte da região Nordeste do Brasil, e mais especificamente pelo litoral e zona da mata de Pernambuco. Conforme o autor é a partir da fazenda de cana, “estrutura numa *plantation*”, que se dá a base do arranjo espacial do período colonial. É nesse sentido que a forma de organização do espaço brasileiro se delinea a partir da disponibilidade de terras abundantes e férteis, e da distribuição delas pelas sesmarias, formando um verdadeiro poderio senhorial.

“A forma de organização geográfica da sociedade brasileira atual tem origem na disponibilização que fatia o espaço indígena em grandes domínios de propriedade, instituindo a colonização portuguesa à base de um poder do colono a um só tempo fundiário, territorial e político. Terra, território e senhoril político, num tripé, formam, desde então, a estrutura de espaço sobre a qual se ergue a sociedade no Brasil.” (MOREIRA, 2011, p. 11).

Diante do contexto pode ser afirmado que o casamento terra-território-Estado é o responsável pela história da formação e organização social brasileira, que segundo Moreira (2011) se inicia com a doação de terras pelo poder estatal aos sesmeiros, na condição de comprovação de posse do sesmeiro e da justificação do fim econômico de uso, no caso, priorizando a plantação de cana e a criação de gado, sendo a cana tomada como base de povoamento do litoral e o gado como povoamento do interior. A lei indigenista casando-se com a lei sesmarial e com a lei territorial, fundindo-se e formando uma espécie de lei síntese. A lei de terras e a lei de território nascendo e evoluindo juntas com a disponibilização do espaço indígena, na consonância com a lei indígena, as três nascendo e exercitando-se como política do estado, e ao mesmo tempo da fazenda e da cidade, sendo a fazenda a “célular-máter”, a cidade o ente de mediação política e de conquista e o Estado o regulador de tudo. É, assim, na República que a cidade é definida como sede de município, e é por meio do controle do político do município que o vínculo “terra-território-Estado” institui-se, podendo ser considerado como lei espacial estruturante da relação “sociedade-espaço” brasileira.

“O domínio político do município é a base de referência. Mas é o monopólio da terra a fonte e o espelho (...). E assim o monopólio se transfere do controle da terra para o controle do território – quem controla metade das terras controla o território –, e o controle deste se transfere por consequência para o controle do Estado” (MOREIRA, 2011, p. 140).

O casamento terra-território-Estado deixou heranças que até hoje se traduzem na forma como se organiza o território nacional e como se apresentam os problemas sociais, particularmente nas áreas onde até hoje ainda há uma produção considerável da monocultura da cana, a exemplo da mesorregião da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

### **A herança da cana de açúcar na Zona da Mata Sul de Pernambuco**

A monocultura, considerada por Waibel (1979) uma economia unilateral, tem como consequência forte instabilidade das crises econômicas das *plantages*<sup>1</sup>, estas que exigem elevadas quantidades de capital e de vasta quantidade de terras, considerada, desse modo como latifúndios, onde a aplicação do trabalho não é menos intensiva, particularmente no período da colheita, compreendendo que o problema da mão de obra nas *plantages* tropicais representa um importante papel, sendo o problema da escravidão nas colônias, ligado ao problema do suprimento de mão de obra para o grande empreendimento das *plantages*. E a utilização de muitos trabalhadores feita nelas explica o tráfico de escravos nos tempos antigos, assim como os constantes deslocamentos de população verificados nos dias atuais.

Além da triste herança do tráfico de escravos, o Brasil herdou do período colonial e da divisão do espaço em sesmarias problemas fundiários e sociais os mais perversos que também podem ser observadas nas atuais configurações dos territórios do Litoral e da Zona da Mata Pernambucana. De acordo com Freyre (2004), em Pernambuco, as sesmarias concedidas por Duarte Coelho e por seus sucessores seguiram as várzeas dos rios Iguaraçu, Olinda, Beberibe, Várzea, com os primeiros pontos de fixação com base na produção da cana, seguindo para os vales do Capibaribe, na direção de Pau-d'Alho e para os vales do Ipojuca. São nessas terras onde há, até hoje, as discrepâncias sociais. O Nordeste trás até hoje heranças de desigualdades sociais e atraso no desenvolvimento que vem sendo superadas aos poucos, mas que já poderiam ter sido superadas, pois não faltaram estudos regionais sobre desenvolvimento na área, desde muitas décadas. O Padre Le Bret (1955), já havia afirmado que o atraso do desenvolvimento do Nordeste se devia em parte ao fato de se pensar a região apenas do ponto de vista da cana-de-açúcar, aspecto que já deveria ter sido superado ainda na década de 1950.

---

<sup>1</sup> De acordo com Waibel (1979), vocábulo oriundo da língua francesa que significa plantação, cultura, vindo do latim *plantatio*. Entretanto, nem toda plantação é uma *plantage*, mas apenas determinados tipos de plantações nos moldes daquelas das índias Ocidentais no século XVIII, ou seja, os grandes empreendimentos agrícolas nos trópicos e subtrópicos.

“É evidente que numa região em que a riqueza se apoiou historicamente, em parte, sobre a realidade açucareira e sobre a cana de açúcar, se tenha uma tendência para medir tudo em função da situação açucareira, esquecendo-se que isto correspondeu a um estágio superado em que o açúcar pôde representar a riqueza quase única da região, num momento dado, mas de agora em diante, isto não é mais sustentável” (LEBRET, 1955, p. 15).

Em Pernambuco, é na Mesorregião da Zona da Mata Pernambucana<sup>2</sup> onde as heranças são mais perversas, pois são em muitos dos municípios dessa mesorregião que até hoje a monocultura da cana-de-açúcar se faz presente. As heranças se traduzem nos indicadores de desigualdades da distribuição de renda entre a população, assim como nos indicadores de educação, sem contar com outros indicadores, a exemplo do de saúde e habitação. No que se refere à herança pobre da educação brasileira, Deffontaines (1938) afirma que os problemas das escolas e da enorme proporção de iletrados, na época da constituição das cidades e vilas brasileiras, se explicam em não haver, em nenhum centro rural, onde colocar a escola. Não se tinha uma preocupação com formação educacional da grande maioria da população, esta formada pelos trabalhadores das fazendas de cana e de gado. Além do que as terras, em sua maioria eram de propriedade dos grandes latifundiários, donos de extensas áreas de engenhos e terras de criação de gado que mais tarde se tornariam senhores da política ligados ao Estado, e quando não ligados diretamente à política, eram possuidores de poder o suficiente para controlar o Estado, como já foi explicado anteriormente, citando Moreira (2011), em um país onde quem controla metade das terras controla o território e o Estado.

A Zona da Mata Sul de Pernambuco trás até hoje marcas do histórico da precariedade da formação educacional. Sabe-se que nas áreas rurais ainda estão concentrados boa parte dos iletrados do país e mesmo com a tentativa de universalização da educação nos últimos anos, parte da população, particularmente a que ocupa a faixa etária dos adultos e dos idosos, ainda possuem baixo nível educacional ou são analfabetos. Observa-se, assim que parte significativa dos chefes de família dos municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco são analfabetos ou possuem até o ensino fundamental incompleto, como poderá ser visto nos dados mais adiante. Herança essa deixada pela exploração canavieira dos engenhos, detentores de terras e empregadores de mão de obra escrava no passado. Herança, também de um passado mais recente, em que a população das áreas canavieiras não tinha condições de estudar ou frequentar a escola, seja por falta de instituições de ensino nas áreas rurais mais afastadas, seja pela falta

---

<sup>2</sup> “A zona da mata é a área de domínio da mata tropical, estendida do litoral ao sopé do piemonte da Borborema” (MELO, 1958 *apud* MOREIRA, 2011, p. 29).

de tempo suficiente para estudar e trabalha para o sustento da família, seja pela não necessidade de mão de obra escolarizada que o cultivo braçal da cana não demandava. Problemas que abortavam e hoje quase que anulam as chances de mobilidade social pelo trabalho, no caso de ofertas de postos de trabalho que não o empregado pelas usinas de cana.

Em dois dos municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, onde está instalado o CIPS, apresentam sua história voltada para a cana-de-açúcar. O primeiro, atualmente menos ligado a monocultura da cana por ter recebido algumas indústrias ligadas a outros setores, já há alguns anos, mas o segundo ainda hoje considerado um dos grandes produtores de cana. O que vale destacar é que o quadro educacional, em ambos os municípios é ainda bastante precário. A problemática diz respeito não apenas a má qualificação profissional, mas principalmente ao baixo nível de instrução da população nos municípios em estudo. Isso se deve em parte ao fato do pouco investimento em infraestrutura educacional nessa área, durante décadas. A preocupação só surgiu quando entraves, como a falta de profissionais preparados e especializados para servirem às indústrias do CIPS começaram a aparecer. Atualmente, já se tem projetos visando expandir e melhorar a oferta de serviços públicos de educação em todos os níveis, incluindo o técnico e o universitário, nos municípios em estudo, mas desde a implantação do CIPS se sabia da necessidade do aumento da infraestrutura educacional, a fim de absorver a população local. Entretanto, só depois de anos tenta-se buscar soluções para qualificar a mão de obra dessa região, onde muitos ainda não têm nem a formação na educação básica. Outro problema soma-se a esse atraso, ao observar que a população que irá ingressar nos cursos profissionalizantes e universitários, a partir do momento, ainda terão meses ou anos de estudo para saírem qualificados para o mercado de trabalho.

Os microdados do Censo Demográfico de 2010 indicam que no Cabo de Santo Agostinho aproximadamente 13% da população total, com 18 anos ou mais de idade, é analfabeta, e 48% se encontra na faixa dos que possuem até o ensino fundamental incompleto. Vale salientar que nesta faixa também estão presentes os que não possuem instrução. Em Ipojuca, a situação se agrava em comparação ao Cabo de Santo Agostinho, ao verificar que em Ipojuca 21,9% da população total, com 18 anos ou mais de idade, não sabe ler e escrever, e 59% têm até o ensino fundamental incompleto. Observou-se também que no Cabo 54,9% dos responsáveis pelos domicílios, se encontravam na faixa dos indivíduos sem instrução ou que possuem até ensino fundamental incompleto, enquanto em Ipojuca essa porcentagem sobe para 65,7%. Em ambos os municípios, 13,9% dos responsáveis pelo domicílio possuíam ensino fundamental completo ou até o médio incompleto. Na faixa dos que possuíam o ensino médio completo e superior incompleto, o Cabo correspondia a 27,8% e Ipojuca a correspondia a 17,8%, enquanto apenas 2,8% dos responsáveis pelo domicílio no Cabo de Santo Agostinho e 2,3% em Ipojuca possuíam o ensino superior completo.

Os dados indicam que há necessidade de se investir primeiramente em educação básica para a população de ambos os municípios, pois não há como garantir que a população local ingresse no mercado via cursos profissionalizantes sem que esta tenha ao menos a formação básica. Somado a esse problema surgiu outro, que diz respeito à necessidade de mão de obra qualificada ou especializada para servir às indústrias do complexo portuário. Ou seja, a falta de profissionais qualificados para atender as exigências dos padrões do CIPS, tanto no que se refere à construção dos empreendimentos, a exemplo da construção civil, quanto no que diz

respeito às atividades voltadas para as empresas já construídas, faz com que haja uma busca de mão de obra de fora. Surgindo, assim um fluxo intenso de população para ambos os municípios, fato que será abordado detalhadamente mais adiante.

O Padre Lebret, em meados da década de 1950, já havia se reportado a problemática da falta de profissionais qualificados para atender as exigências das empresas a serem instaladas em Pernambuco, falando da necessidade de investimento em educação no estado, ao discutir sobre a incapacidade do Nordeste em assegurar seu próprio desenvolvimento caso não houvesse investimento e planejamento adequado na região. De acordo com Lebret (1955), a densidade de mão de obra altamente qualificada e de quadros técnicos é insuficiente, aí está um esforço capital a fazer, pois sem isso o desenvolvimento será insuficiente, este sendo impossível sem o indispensável enquadramento técnico, ou seja, os quadros técnicos da mão de obra qualificada ficarão muito abaixo das necessidades, caso haja desenvolvimento, fato que Lebret já vinha prevendo e que se concretizou atualmente. Diante disso, ele traçou diretrizes de um plano a longo termo para Pernambuco, no qual destaca que é preciso completar a infraestrutura e implantar o equipamento de base, sendo necessário criar os elementos que vão permitir o desenvolvimento econômico do conjunto. E um dos pontos que ele destacou foi a formação de técnicos.

“Nesse desenvolvimento a longo termo é necessário, então, dar um lugar proeminente ao equipamento pedagógico. Nada se fará se não houver homens para enquadrar a massa e tornar a mão de obra tão eficaz quanto possível (...). É necessário ter pessoal qualificado e pessoal altamente qualificado. Nada podendo ser improvisado é preciso criá-lo com urgência. Para o Norte e o Nordeste, dadas as responsabilidades que surgem, será necessário acrescentar o equipamento de ensino superior” (LEBRET, 1955, p. 40).

O contexto trás consigo problemas de ordem urbana, particularmente nas cidades onde há uma recente dinâmica regional e onde estão sendo implantados polos econômicos que necessitam de mão de obra qualificada ou especializada para atender aos fins das empresas. Quando o sistema educacional do lugar não funciona plenamente, há sempre um déficit de profissionais aptos ao mercado de trabalho, e a segunda alternativa é a busca por mão de obra imigrante que possa cobrir a demanda. Caso o sistema educacional do lugar funcionasse plenamente, a primeira opção seria absorver a população local.

## **A IDEALIZAÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS)**

A idealização do Complexo Industrial Portuário de Suape se iniciou ainda em 1960 quando foram feitos estudos para ver a viabilidade da construção de um porto na região destinado a exportação e instalação de indústrias no seu entorno com a finalidade de gerar demanda e não apenas atender a demanda já existente na área. A escolha para sua localização se deu a partir de condições geográficas favoráveis, a exemplo da profundidade das águas junto

à costa, da formação de arrecifes de corais, constituindo um quebra-mar natural, existência de uma extensa área para se instalar as indústrias e distância da movimentação metropolitana da cidade do Recife. Sua concepção foi definida na segunda metade da década de 1970, mas o porto, começando efetivamente a funcionar em 1983 (GOVERNO DE PERNAMBUCO/SUAPE, 2011). Segundo a Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco e a Condepe/Fidem (2008), a operacionalização do complexo vem se consolidando a partir dos recentes investimentos governamentais e privados, se destacando a refinaria, o estaleiro e o polo petroquímico, empreendimentos com significativa repercussão na ocupação deste território, que extrapola os municípios onde Suape está inserido.

Vale salientar que a ideia da construção de um porto exportador de grande porte em Pernambuco, surgiu ainda em 1955 com estudos realizados pelo Padre Lebret acerca do desenvolvimento do Estado de Pernambuco. A sugestão de Lebret (1955) foi para o aproveitamento do porto do Recife, mas deixou claro que não se pode contentar apenas com um melhoramento do porto que tenda simplesmente a corresponder às necessidades daquele momento. Segundo o autor, como o único porto da região está localizado em Recife será para esta cidade que os produtos futuros convergirão, quer se trate de produtos minerais, ou de transformação desses minerais, quando indústrias metalúrgicas se instalarem na zona. Entretanto, Lebret não contava que, em vez de se aproveitar a existência do porto do Recife fosse pensada na construção de um novo porto na região de Suape, como forma de desafogar o porto do Recife e propor o desenvolvimento regional a partir da descentralização de polos de desenvolvimento no país, seguindo uma política de desenvolvimento a nível nacional. Como se justifica hoje, pelo governo, a instalação do complexo em Suape. É sabido que foram várias as motivações para a instalação do CIPS na região de Suape. Entre elas estão as motivações geográficas e logísticas, isenções fiscais que a região ofereceu e ainda vem oferecendo para as empresas que lá se instalam, alianças entre o Estado e as organizações privadas, assim como seguir uma política de desenvolvimento descentralizada. Lebret, então propôs um plano de longo prazo para Pernambuco e falou da necessidade de assegurar as indústrias de base e essenciais, como elemento da infraestrutura econômica. Assim, segundo o autor, seria normal que se tivesse, na região do Recife, uma importante refinaria de petróleo.

“Não é suficiente ter depósitos; uma refinaria se impõe. (...) cremos, por isso, que é um dos pontos absolutamente essenciais conseguir uma refinaria de petróleo, nesse imenso espaço a abastecer. E isto é um assunto que consulta rigorosamente o interesse de toda a região” (LEBRET, 1955, p. 36).

No Brasil diversas localidades vêm passando por transformações econômicas significativas nos últimos anos e isso se deve ao surgimento de inúmeros polos de desenvolvimento econômico e industrial como forma de promover o desenvolvimento regional. Segundo Araújo (2000), é possível perceber que há um processo de novas polarizações e territorialidades em áreas mais dinâmicas do país, surgindo uma nova organização do espaço brasileiro e do respectivo sistema de cidades. Muitas áreas do Nordeste vêm passando por tais processos, os quais são verificados a partir do aparecimento de numerosos polos, tanto industriais quanto agrícolas, na região. No período em que a economia do país consolidava o mercado interno nacional e promovia sua integração produtiva, a região Nordeste deu partida na dinâmica nacional. Nesta fase, inicia-se a busca de novas frentes de investimentos em espaços que se situem além dos centros mais industriais do país, como o Sudeste, surgindo e desenvolvendo-se, no Nordeste, diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo, decorrentes do desempenho positivo apresentado pelas atividades econômicas da região. Estas estruturas são tratadas ora como frentes de expansão, ora como polos dinâmicos, ora como manchas ou focos de dinamismo. Tais características vêm contribuindo para tornar a realidade regional mais complexa. E as mudanças fizeram surgir “novos Nordestes”, mais diferenciados e dinâmicos.

Em entrevista para *Cais do Porto.com*<sup>3</sup> Tânia Bacelar afirma que a presença do CIPS em Pernambuco é o elemento condutor dessa nova vaga concentradora. Um porto moderno, bem localizado junto a uma área industrial atrai investidores do país e do exterior, afirmando os efeitos positivos sobre a dinâmica econômica estadual são visíveis, mas os impactos ambientais e sociais são adversos e a rapidez com que os investimentos desembarcaram em Suape amplia os impactos sociais indesejados, sendo necessária a intervenção de políticas públicas adequadas para minimizá-los.

De acordo com o Plano Diretor Suape 2030 (2011), o Complexo Industrial-Portuário Governador Eraldo Gueiros/SUAPE ocupa uma área de 13.500ha situada nos municípios do Cabo de Santo Agostinho, a porção norte, e no município de Ipojuca, porção sul. A área está inserida na planície litorânea e é bastante irrigada por bacias hidrográficas dos rios Tabatinga, possuindo topografia medianamente acidentada e vasta cobertura vegetal com suas principais vias de acessos sendo as rodovias BR-101 e PE-060. Nesse sentido, observa-se que a área é cercada de mananciais e mata atlântica, além de apresentar um relevo acidentado onde se faz necessário um planejamento ambiental e social. Assim, o Decreto nº 37.160, de 23 de setembro de 2011 institui o Plano Diretor - SUAPE 2030 que dispõe sobre o ordenamento do solo da Empresa SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Entretanto, a preocupação só veio surgir depois de década se sabendo das necessidades de um plano específico e voltado para preocupações socioambientais, que atendesse o ordenamento desse

---

<sup>3</sup> Entrevista com Tânia Bacelar para *Cais do Porto.com*. Disponível em: <<http://www.caisdoporto.com/v2/listagem-materias-detalle.php?id=1&idMateria=515>>. Acesso em: 17 de junho de 2014.

território, onde está instalado o complexo. No Art. 1º fica aprovado o Plano Diretor - SUAPE 2030 que define o zoneamento ambiental, industrial e portuário, bem como as condições de uso, ocupação e parcelamento do solo do espaço territorial de SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros.

Atualmente, o CIPS apresenta-se como um dos polos econômico mais dinâmico do país, possuindo mais de 100 empresas em operação, gerando mais de 25 mil empregos diretos. Esse movimento gera, por sua vez, 15 mil novos empregos e outros 40 mil empregos na construção civil (SUAPE, 2012). E tem sido intenso o fluxo de mão de obra que afluí para os municípios do Território Estratégico de Suape, atraída pela oportunidade de emprego nos diversos postos de trabalho oferecidos pelas indústrias. Mas trás consigo inúmeros problemas sociais e ambientais devido à demora em se propor um planejamento adequado e que fosse anterior ao surgimento dos problemas que viriam com a implantação do complexo.

### **A formação do Território Estratégico de Suape (TES)**

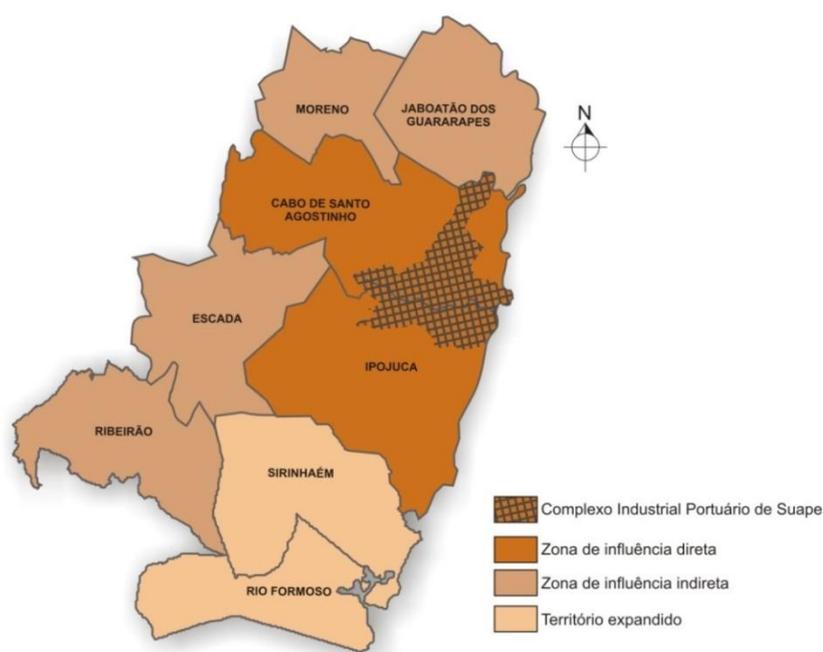
Nas últimas décadas, tem-se constatado um crescimento econômico intenso no Estado de Pernambuco, principalmente nos municípios que compõem o Território Estratégico de Suape (TES). Esse crescimento pode ser visto na taxa do PIB de Pernambuco que, em 2009, cresceu 3,8%, enquanto que o PIB brasileiro caiu 0,2%, conforme dados do IBGE (CAVALCANTI, 2012), sendo o CIPS apontado como um dos principais responsáveis pelo crescimento econômico do estado.

A irradiação da influência do CIPS atinge oito municípios, os quais compõem o chamado Território Estratégico de Suape: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada, Ribeirão, Sirinhaém e Rio Formoso, distribuídos no Complexo Industrial Portuário de Suape. O centro do TES é formado por parte da área do Cabo de Santo Agostinho e por parte da área de Ipojuca, estes que dizem respeito à zona de influência direta. Na zona de influência indireta se encontram os municípios de Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada e Ribeirão e no território expandido se encontram os municípios de Sirinhaém e Rio Formoso, como pode ser observado no Mapa 1.

De acordo com a Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco e a Condepe/Fidem (2008), a isenção fiscal e a disponibilidade de terras concedidas pelo Estado de Pernambuco fizeram se consolidar o CIPS. Surgiu, assim, a preocupação em formar um território estratégico na região a fim de facilitar a administração dessa área, já que ela engloba diversos municípios. O relatório que constitui as Diretrizes para a Ocupação Sustentável Território Estratégico de Suape de 2008 tem como objetivo promover a ocupação sustentável

do TES com a melhoria da habitabilidade e da competitividade através da sua estruturação e qualificação físico-ambiental, buscando o equilíbrio entre o desenvolvimento e a conservação das qualidades ambientais. O documento foi construído de maneira integrada, contando com a Empresa Suape, Secretaria das Cidades e as prefeituras dos municípios envolvidos, além de diversos agentes federais e estaduais, sob a coordenação da Agência Condepe/Fidem.

**Mapa 1:** Território Estratégico de Suape



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/ Agência CONDEPE/ FIDEM.

Diante do contexto observa-se que a consolidação do TES pode ser considerada uma forma de divisão política administrativa – que se sobrepõe, mesmo, em algumas situações, ao poder municipal – esta relacionada com questão da terra, do território e do Estado, o tripé anteriormente mencionado, e que está intimamente ligado à herança da formação territorial do Brasil como afirmou Moreira (2011), onde a lei da “terra” e sua disponibilidade estão sobre jurisdição do Estado, mas onde a maioria da população não tem voz, nem poder de escolha. Ou seja, a terra, o território é de interesse do mercado e dos grandes empresários sobre proteção do Estado. Sem que haja um prévio ordenamento territorial<sup>4</sup> e planejamento que atenda às

<sup>4</sup> De acordo com Moreira (2006), o ordenamento territorial é a forma como a estrutura espacial territorialmente se autorregula no todo das contradições da sociedade, de modo a manter a sociedade funcionando segundo sua realidade societária.

necessidades da população, sejam elas de moradia e infraestrutura básica. Ainda de acordo com Moreira (2006), com o recorte do espaço nasce o território, e o arranjo do espaço pode ser concebido como um complexo de territorialidades, ou seja, um complexo de recortes, de áreas “configurativas” do espaço como uma estrutura genealógicamente tensa e densa de conflitos. Assim, para Moreira (2001), o espaço passa de determinado a determinante. E o veículo para isso é o arranjo espacial, econômico, jurídico-político, cultural que se dá a partir da seletividade e configurado por meio do recorte das escalas.

Conforme Andrade (1995), os territórios podem ser construídos tanto ao nível local, quanto ao nível nacional, cada um sofrendo alterações em suas distintas escalas espaciais, mas, também, sofrendo alterações em suas relações sociais com o passar do tempo. Daí a necessidade de se voltar à história da formação territorial de um determinado espaço. Assim, segundo o autor, o conceito de território liga-se a ideia de domínio ou gestão de uma área e, por conseguinte a ideia de poder. Em outras palavras, determinado espaço que possuía relações de poder caracterizadas por “servidão” entre o trabalhador do campo e seu “senhor” podem sofrer mudanças ao longo do tempo em virtude de uma grande crise nacional na produção de certo produto. Tal crise pode possibilitar a mudança do perfil econômico desse espaço. Uma área anteriormente produtora de cana-de-açúcar, em virtude de uma crise, tenta buscar outros meios de crescimento e desenvolvimento econômico que não necessariamente impliquem em relações de “servidão”.

Para além do contexto, vale salientar que o crescimento econômico do Estado vinculado à Suape tem produzido uma expressiva dinâmica espacial nos municípios do CIPS e do seu entorno, assim como uma dinâmica demográfica com diversos e intensos fluxos de população e, conseqüentemente, causam também um rápido crescimento da população local, via migração, não só em direção ao CIPS, como tem favorecido o crescimento da população dos municípios adjacentes que integram o Território Estratégico de Suape (TES). O CIPS tornou-se, assim, uma espécie de ímã para trabalhadores, atraindo pessoas de diversos lugares do país que pretendem encontrar na área a oportunidade de ganhos financeiros.

### **Fluxos populacionais no TES**

A atual configuração espacial, com mudanças de caráter agrário e turístico para industrial nos municípios do CIPS, como também a atual configuração demográfica, principalmente no que diz respeito aos fluxos populacionais, vem se tornando importante para o planejamento urbano das cidades e para uma adequada análise do processo de desenvolvimento econômico. Segundo George (1989), qualquer modificação nas formas de uso

do solo analisada pela geografia regional, tem efeitos sobre as condições de existência da população e, conseqüentemente, sobre as tendências da sua mobilidade; efeito atrativo ou repulsivo. De acordo com a terminologia recente, a reduplicação das atividades industriais é acompanhada por uma nova distribuição da população e das suas componentes sociais.

O desenvolvimento regional e econômico no Brasil vem sendo marcado pela implantação de polos em diversos espaços do país, estes que se caracterizam pela industrialização pesada e que anteriormente eram instalados em regiões onde a economia já era bastante desenvolvida, a exemplo do Sul e do Sudeste. Essa realidade vem trazendo mudanças significativas nos padrões dos movimentos populacionais no Brasil, e em particular na região Nordeste. Considerado um polo expulsor de população durante anos, atualmente essa região vêm conseguindo reter e menos atrair mão de obra. Os fluxos que se davam anteriormente como emigração, a saída ou fuga da população para outros lugares, hoje vêm se tornando relevantes os fluxos de entrada, a exemplo da imigração e migração de retorno. Somados a estes também vem surgindo novos fluxos com características sazonais ou temporárias. Estes são fluxos pendulares ou fluxos de trechos. Os primeiros se dão entre municípios vizinhos, podendo ser dentro de uma mesma região metropolitana ou não, e se dão quase que diariamente. Os segundos, dizem respeito aos fluxos de trabalhadores de outras localidades, na maioria das vezes de outros estados que são “recrutados” por empresas instaladas nos polos industriais para servirem de mão de obra<sup>5</sup>. Quanto à migração, segundo Becker (2006), pode ser definida como mobilidade espacial da população, e sendo um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre as pessoas e entre essas e o seu ambiente físico. De acordo com Lee (1980), a migração se dá quando há mudança permanente ou semipermanente de residência, não importando a distância ou a natureza, seja voluntária ou involuntária do deslocamento e não se estabelecendo distinção entre a migração externa e a interna, mesmo que estas apresentem diferenças imensas, ficando de fora da definição todas as classes de mobilidade espacial como os nômades, os trabalhadores sem residência durante período prolongado, e os deslocamentos temporários, mas o conceito independe dos obstáculos, tais como distância, condições climáticas adversas e falta de conhecimento do local de destino. Diante do contexto,

---

<sup>5</sup> Para mais informações a respeito dos fluxos de trechos ver: FONTES, Edilza. O peão de trecho e o peão de casa: identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRAS/ALUNORTE. Novos Cadernos NAEA.v. 6, n. 1, p. 65-82, jun. 2003.

observa-se que os diversos tipos de deslocamentos sejam eles a migração, de longa ou curta distância, os fluxos temporários ou sazonais são modalidades de fluxos populacionais e devem ser tratados como cruciais para o entendimento da dinâmica regional de um lugar, assim como para a formulação de políticas sociais.

De acordo com Patarra (2005), os movimentos migratórios no Brasil assumiram grande expressão a partir dos anos 1950 num processo concomitante com a intensa urbanização do período e um acirramento das desigualdades regionais, estando interligados muitas vezes à concentração da atividade econômica, aliada à produção de um excedente populacional no campo e à própria incapacidade das áreas urbanas das regiões mais atrasadas em absorver essa população. Conforme Baeninger (2000), desigualdades nas taxas de crescimento econômico, na oferta de empregos e no nível de salários tendem a criar áreas propensas à evasão populacional e áreas destinadas à atração migratória, originando fluxos populacionais em busca de trabalho ou melhores rendimentos.

Segundo Cunha (2003), os fluxos populacionais vêm se apresentando com novas características, torna-se cada vez mais comum os deslocamentos temporários e os fluxos diários de pessoas. A partir dos anos 80, as dinâmicas econômica, social e demográfica brasileiras passaram por significativas transformações que tiveram implicações nos processos de redistribuição espacial da população e urbanização, principalmente no que se refere ao padrão concentrador de algumas regiões, que durante décadas, caracterizou a dinâmica demográfica nacional. Nesse sentido, diversificaram-se as formas de assentamentos humanos, como também ganharam importância, na dinâmica demográfica nacional, novos espaços regionais e outros tipos de mobilidade populacional que apenas a migração. No caso brasileiro, outra modalidade de deslocamento populacional, que não é considerada migração, é a mobilidade pendular em que o indivíduo se desloca diariamente para estudo ou trabalho. Desse modo, a natureza dos deslocamentos pendulares difere substancialmente da compreendida pelos movimentos migratórios, embora ambos impliquem fluxos de pessoas no território ou mobilidade de pessoas, se assim desejar.

“Mobilidade que troca os sinais da distribuição dos cheios e vazios numa reconfiguração do espaço. Mobilidade que mina a territorialização e ambientalização do enraizamento cultural da sociedade longamente plantado pela prática do processo seletivo. O veículo é o avanço técnico da circulação (...). A evolução técnica e dos intercâmbios quebra a tradição e libera para a mobilidade os grupos humanos por longo tempo presos aos seus territórios. Então, os homens migram, trocam de lugares. E tudo lentamente se urbaniza, invertendo os cheios e vazios das velhas arrumações do espaço. A relação cidade-

campo troca de posições, num retraçamento do desenho dos cheios e vazios da distribuição espacial dos homens, que altera a forma ao mesmo tempo que infunde novo conteúdo ao espaço” (MOREIRA, 2001, p. 31-32).

Em regiões canavieiras a história dos fluxos de população está voltada para a questão da migração sazonal dos chamados boias-frias que se deslocam para áreas produtoras de cana no período da colheita. Nesse sentido, os municípios onde existiam ou existem usinas para a transformação da cana em álcool ou açúcar se caracterizavam ou ainda se caracterizam por uma dinâmica migratória diferenciada. Antes do período da colheita os municípios tendem a ficar mais vazios, fato que se altera no período da colheita, ou entressafra. Nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, ambos com a economia voltada para a produção da cana, passavam por essa dinâmica migratória durante anos. Entretanto, com a implantação do CIPS, essa dinâmica se altera e surgem fluxos com características e motivos diferenciados, mas ligados as novas especificidades do desenvolvimento regional e do aparecimento de novas indústrias, se tornando mais expressivas as modalidades de fluxos migratórios, de trecho, e pendulares, além dos fluxos sazonais de cortadores de cana.

O contexto acima nos indica que a discussão sobre fluxo de mão de obra torna-se indispensável para o entendimento de algumas políticas públicas de corte social, a exemplo das políticas de educação. Na medida em que são muitos os fluxos de mão de obra especializada para áreas onde há um aumento repentino da demanda por profissionais com formações específicas. Lebret (1955) falou da importância de se valorizar a educação e formação de técnicos no estado de Pernambuco. De acordo com ele, uma evolução industrial racional e não caótica exige a formação de técnicos industriais, de saúde, de ensino profissional, de alta cultura, se não há enquadramento técnico suficiente o fracasso é certo.

“São necessárias, ainda, uma ajuda financeira considerável e, condicionando-a, uma ajuda técnica também considerável (porque qualquer que seja o esforço imediato na formação de técnicos não os haverá suficientes, sendo preciso ir busca-los em outra parte dentro do Brasil ou no estrangeiro). Tudo isso deve ser pensado, porque a tarefa é imensa e é necessário convencer-se de que o estudo compensa” (LEBRET, 1955, p. 31).

Um problema se impõe e diz respeito ao fato das cidades, muitas vezes, não estarem adaptadas, nem possuírem infraestrutura para comportarem o crescente aumento da população via fluxo de mão de obra em tão pouco tempo. O poder político local, quase sempre, deixa tanto parte da população local, quanto os novos moradores desprovidos do básico, mas necessário para uma vida mais digna. Há, então, o surgimento das desigualdades e da falta de acesso desses grupos aos serviços públicos, sejam eles de educação, saúde, transporte, lazer. Desse modo, a

falta de escolas suficientes pode acarretar em um baixo nível educacional que pode se traduzir em má qualificação profissional. E, atualmente, com o crescimento das cidades e o constante aumento da população vem se fazendo necessário um maior investimento nos meios de consumo coletivo, a exemplo dos serviços públicos de educação, uma vez que nem sempre a oferta desses bens tem acompanhado o crescimento populacional.

Tomando-se alguns dos microdados sobre população do Censo Demográfico 2010 do IBGE, já foi possível observar um elevado crescimento no número de migrantes que se dirigiram nos últimos dez anos para os municípios que fazem parte do TES, principalmente naqueles que se encontram na zona de influência direta com o CIPS. O município do Cabo de Santo Agostinho contava com uma população de 152.977 habitantes de acordo com o censo 2000, passando para 185.025 habitantes no censo 2010. Nesse cenário, os migrantes corresponderam a 31,4% e os migrantes de retorno a 4,6% desse total populacional de 2010. Quanto à população de Ipojuca, esta passou de 59.281 habitantes em 2010 para 80.637 habitantes, e deste último total, 29,7% eram de migrantes e 6,4% de migrantes de retorno. Os dados expostos sugerem que o aumento populacional de ambos os municípios pode estar vinculado à atração de trabalhadores para as indústrias do Complexo Portuário de Suape.

Presume-se, ainda, que, com esse aumento de população, podem estar ocorrendo no TES, além da pressão por habitação, outras demandas que o poder público precisa oferecer e que exigem investimentos em infraestrutura urbana e de serviços públicos, como maior número de leitos hospitalares, investimento em sistema de transporte e número de escolas normais, técnicas e campos universitários.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto observa-se que a mesorregião da Zona da Mata Sul Pernambucana trás consigo uma tendência de planejamento a curto prazo, a fim de tentar mascarar alguns indicadores ruins que ainda persistem em decorrência, em boa parte, da herança deixada pela monocultura da cana-de-açúcar em Pernambuco. Problema este que não é exclusivo desse estado, mas do Nordeste como um todo. A economia tem crescido a passos largos, mas os atrasos no desenvolvimento e nos indicadores sociais ainda são graves.

Nesse sentido, a análise da formação territorial do Brasil pôde fornecer subsídio para o entendimento da realidade regional dessa área, que hoje vivencia relações que vão além do local. O CIPS tem seus olhos voltados para o mundo e mundo para ele, se fazendo necessário, desse modo, um planejamento e ações de longo prazo o mais urgente possível. A influência do CIPS no TES tem sido significativa, e a reconfiguração desse território vem se traduzindo em

mudanças nos padrões demográficos dos seus municípios, ao atrair população de outras localidades, a fim de servir de mão de obra para as atuais indústrias cada vez mais exigentes de mão de obra qualificada e de técnicos específicos, que a população local, em boa parte, ainda não está apta a ocupar. A partir daí, as relações sociais anteriormente existentes nesse espaço se transformam, e podem interferir na aplicação das políticas sociais existentes. Tais fatos deixam claro que a educação é sem dúvida um instrumento minimizador e mesmo erradicador das desigualdades sociais e econômicas de uma região. Entretanto, a problemática da educação no Brasil carrega consigo a herança do atraso no investimento no sistema educacional, principalmente em regiões que carregam a marca de um passado voltado para a exploração latifundiária e monocultora da cana-de-açúcar.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste/Nordestes: que Nordeste?. In:\_\_\_\_\_. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- AZEVEDO, Aroldo de. Embriões de cidades brasileiras. Boletim Paulista de Geografia, n. 25, p. 31-69, março. 1957.
- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil: municípios metropolitanos e não-metropolitanos. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2, 1999, Ouro Preto. Anais... Belo Horizonte: Abep, 2000. PDF.
- BECKER, Olga M. S. Mobilidade Espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In. CASTRO, Iná E. de, GOMES, Paulo Cesar da C., CORRÊA, Roberto L. Explorações Geográficas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 319-367. cap. 9.
- CAVALCANTI, Helenilda & SOUZA, Maria Ângela de Almeida e (Coord.). Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, condições de moradia, identidade e novas territorialidades. Projeto de pesquisa. Fundação Joaquim Nabuco, Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais/Universidade Federal de Pernambuco. 2012.
- CUNHA, José Marcos Pinto. Redistribuição Espacial da População: tendências e trajetórias. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 17, n.3-4, p. 218-233, 2003.
- CUNHA, J. M. & BAENINGER, R. A migração nos estados brasileiros, no período recente:  
principais tendências e mudança. In: II ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 2000, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2000. PDF
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se Constitui no Brasil a Rede de Cidades. Boletim Geográfico, São Paulo, n. 9, ano 59, p. 141-148, dez. 1938.

FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspecto da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2004. 7 ed. 255 p.

GARCIA, Carlos. MUSSALEN, Josué. Suape, muito mais que um porto: uma visão econômica. Recife: Comunigraf, 2011.

GEORGE, Pierre. Os Locais e os Movimentos. In: \_\_\_\_\_. O Homem na Terra: a geografia em ação. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989. cap. 4.

GOVERNO DE PERNAMBUCO/SUAPE. Plano Diretor Suape 2030. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Microdados do Censo Demográfico 2010 - Resultados da amostra.

LEE, Everett. Uma teoria sobre as migrações. In: MOURA, Hélio A. de. Migração Interna: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. tomo 1, p. 89-114. cap. 2.

LEBRET, L. J. Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste. Recife: CDEP, 1955.

MOREIRA, Ruy. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. *GEOgraphia*, v. 3, n. 5, p. 15-32, 2009.

\_\_\_\_\_. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2a ed. Rio de Janeiro, dP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011. 1157 p.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Governo do Estado de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/home/index.php>>. Acesso em: 10 de Julho de 2012.

PANTARRA, Neide Lopes. Migrações Internacionais de e para o Brasil Contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005. PDF.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão. Agência Condepe/Fidem. Diretrizes para Ocupação Sustentável para o Território Estratégico de Suape. Recife, 2008.

WAIBEL, Leo. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 2 ed. 326 p.